

Termo de Referência 25/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2024	926917-CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - MA	CAMILA VALERIA MARTINS ARAUJO	19/07/2024 11:59 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		24.10.000000873-4

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de 16 aparelhos telefônicos celulares, do tipo smartphones, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Aparelho telefônico, com carregador, capa e película - Tipo: smartphone; Sistema operacional: Android, conforme as especificações contidas no tópico 3	604790	Unidade	15	R\$ 1.769,50	R\$ 26.542,50
2	Aparelho telefônico, com carregador, capa e película - Tipo: smartphone; Sistema operacional: IOS, acompanhado do carregador, conforme as especificações contidas no tópico 3.	604790	Unidade	1	R\$ 4.169,64	R\$ 4.169,64

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 30.712,14 (trinta mil setecentos e doze reais e quatorze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da Nota de Empenho e/ou Ordem de Compra, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

1.4.2. Considera-se encerrada a vigência quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.5. A nota de empenho de despesa substituirá o instrumento de contrato, conforme previsto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O objeto da contratação tem a natureza de fornecimento de bens comuns, na forma do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Nas propostas de preços apresentadas deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. Considerando as exigências operacionais e comunicacionais deste Conselho, propõe-se a aquisição de 16 smartphones, distribuídos entre dois sistemas operacionais: Android e iOS. A distribuição proposta contempla 15 aparelhos com sistema operacional Android, destinados ao suporte das atividades administrativas tanto na sede quanto nas delegacias regionais, e 1 aparelho com sistema operacional iOS, exclusivamente para uso da Assessoria de Comunicação.

2.2. A escolha de smartphones Android para os setores administrativos justifica-se pela compatibilidade com as aplicações corporativas em uso, além de proporcionar uma solução custo-efetiva para a comunicação e gestão operacional diária. Esses dispositivos facilitarão a comunicação interna, o acesso a documentos, o agendamento e a realização de tarefas administrativas essenciais, promovendo uma maior eficiência operacional.

2.3. Por outro lado, o smartphone com sistema iOS será alocado à Assessoria de Comunicação, uma vez que este setor exige recursos avançados para a criação, edição e publicação de conteúdo de alta qualidade nas plataformas digitais utilizadas pelo Conselho, como Instagram, YouTube e o portal institucional. O sistema iOS é preferido para tais atividades devido à sua notória estabilidade, integração superior com aplicativos de criação de conteúdo e capacidade de realizar transmissões ao vivo e gerenciar mídias sociais de forma mais eficiente e eficaz.

2.4. A especificação do equipamento smartphone com sistema iOS para a Assessoria de Comunicação também se justifica pela otimização superior que o sistema iOS oferece para aplicativos imprescindíveis à comunicação digital, além de garantir a qualidade e agilidade necessárias nas publicações em tempo real, essenciais para manter o engajamento e a transparência junto ao público-alvo.

2.5. Ademais, ressalta-se a necessidade da aquisição de um carregador específico para o dispositivo iOS, conforme as recomendações do fabricante. O carregador é essencial para assegurar a eficiência energética e a longevidade da bateria do aparelho, características imprescindíveis para garantir que o smartphone esteja sempre disponível para uso contínuo e emergencial durante as atividades de comunicação. A conformidade com os padrões de segurança e desempenho do carregador original evita riscos associados ao uso de acessórios não autorizados, proporcionando assim uma operação segura e eficiente.

2.6. Além disso, justifica-se a aquisição de fones de ouvido para dispositivo iOS. Os fones serão utilizados para garantir a clareza na captação e reprodução de áudios em gravações de vídeos e durante transmissões ao

vivo, atividades recorrentes na Assessoria de Comunicação. A qualidade sonora superior, aliada à integração nativa com o sistema iOS, possibilita uma comunicação mais eficaz e profissional, essencial para a produção de conteúdo digital de alto padrão, visando maximizar o engajamento e a interação com o público-alvo.

2.7. Esta aquisição estratégica de smartphones, portanto, não apenas aumentará a capacidade operacional dos setores administrativos, mas também ampliará significativamente a eficácia das comunicações institucionais, alinhando-se com os objetivos de modernização e eficiência preconizados por este Conselho.

2.8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024.

2.9. A presente contratação está fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3. Descrição da solução como um todo

3.1 ITEM 1 - SMARTPHONE (Sistema operacional Android)

3.1.1 Aquisição de 15 (quinze) equipamentos smartphones, com sistema operacional android, com as seguintes especificações técnicas mínimas:

a) Tela

- Display com tamanho mínimo de 6.4” (polegadas);
- Tela com no mínimo 16 milhões de cores;
- Resolução mínima de 1080 x 2340 pixels e no mínimo 390 ppi.

b) Processador

- Pelo menos 8 núcleos e clocks de no mínimo 2.4GHz, 2.2GHz e 1.8GHz.
- Detalhamento: é comum que processadores de smartphones possuam dois ou três conjuntos de núcleos com clocks distintos, assim, se o processador possuir três conjuntos de núcleos, estes não poderão ter clocks inferiores a 2.4GHz, 2.2GHz e 2.0GHz, se o processador possuir dois conjuntos de núcleos, estes não poderão ter clocks inferiores a 2.4GHz e 2.0GHz.

c) Memória RAM

- Mínimo de 6 GB.

d) Armazenamento

- Capacidade mínima de 128 GB.

e) Conectividade

- WiFi padrão IEEE 802.11 a/b/g/n/ac 2.4GHz+5GHz;
- Sistema de localização GPS, Glonass, Beidou e Galileo;
- Bluetooth versão 5.0 ou superior;
- Suporte a Rede de dados 5G;
- Frequências compatíveis com todas as operadoras de telefonia do Brasil que ofertam o serviço 5G/4G /3G;
- USB Type-C 2.0 ou superior.

f) Câmeras

- Integradas ao equipamento;
- Câmera traseira: com resolução mínima de 48Mp + 8Mp + 2Mp ou 50Mp + 8Mp, foco automático e flash LED;

- Câmera frontal: com resolução mínima de 12 Mp.

g) Bateria

- Interna e recarregável;
- Capacidade mínima de 5000 mAh.

h) Sistema

- Sistema operacional padrão de fábrica Android 13 ou superior;
- Idioma em Português do Brasil.

i) Carregador

- Deve acompanhar no mínimo: carregador bivolt com seleção automática de voltagem e conector de tomada padrão brasileiro, manuais e documentos técnicos (folhetos, encartes, folders etc.) em que conste, explicitamente, a característica exigida nas especificações.

j) Capa e película de proteção

- Os equipamentos deverão acompanhar capa e película compatíveis com o modelo do smartphone ofertado.
- Capa: anti-impacto, resistente, com borda elevada para proteger a tela e câmera contra danos e arranhões, na cor preta.
- Película: de vidro, 3D.

k) Cor do aparelho

- Serão aceitos equipamentos nas seguintes cores: preta ou prata.

3.2 ITEM 2 - SMARTPHONE (Sistema operacional IOS)

3.2.1 Aquisição de 01 (um) equipamento smartphone, com sistema IOS, incluindo 01 (um) Carregador Original com cabo USB original do fabricante para smartphones IOS, conforme especificações técnicas mínimas abaixo:

a) Tela

- Display com tamanho mínimo de 6.1” (polegadas);
- Resolução mínima de 1170 x 2532 pixels e 460 ppi.

b) Processador

- No mínimo o A15 Bionic;
- Pelo menos 6 núcleos e clocks de no mínimo de 3,22GHz e 1,82GHz, ou seja, o processador deverá possuir pelo menos um núcleo (ou conjunto de núcleos) com no mínimo 3.22GHz e outro com no mínimo 1.82GHz.

c) Memória RAM

- Mínimo de 4 GB.

d) Armazenamento

- Capacidade mínima de 128 GB.

e) Conectividade

- Wi-Fi (802.11a/b/g/n/ac). Duas frequências (2,4 GHz e 5 GHz);
- Suporte a Rede de dados 5G;
- Mínimo Bluetooth 5.0.

f) Câmeras

- Câmera traseira: com resolução mínima de 12Mp + 12Mp, foco automático;
- Câmera frontal: com resolução mínima de 12 Mp.

g) Bateria

- Bateria interna recarregável;
- Capacidade mínima de 3.240 mAh.

h) Sistema

- Sistema operacional padrão de fábrica iOS 15 ou superior;
- Idioma em Português do Brasil.

i) Carregador

- USB-C de 20W

j) Acessório extra

- Cabo para carregador (USB-C de 20W)

k) Capa e película

- Os equipamentos deverão acompanhar capa e película compatíveis com o modelo do smartphone ofertado.
- Capa: anti-impacto, resistente, com borda elevada para proteger a tela e câmera contra danos e arranhões, na cor preta.
- Película: de vidro, 3D.

l) Cor do aparelho

- Serão aceitos equipamentos nas seguintes cores: preta ou prata.

3.3. Os equipamentos deverão ser novos (todas as peças e componentes presentes nos equipamentos) e de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior);

3.4. Serão recusados os equipamentos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos equipamentos.

3.5. Os equipamentos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, com todos os acessórios e componentes (cabos, adaptadores, etc.);

3.6. Todos os componentes que farão parte dos equipamentos deverão seguir rigorosamente as descrições técnicas mínimas definidas. Não serão aceitas ofertas de quaisquer componentes de especificações diferentes das solicitadas, desde que comprovadamente igual e/ou superior, individualmente, a qualidade, o desempenho, a operacionalidade, a ergonomia ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado – conforme o caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos nos demais componentes ofertados;

3.7. Todos os itens técnicos deverão ser atendidos de maneira independente. Não serão aceitas configurações inferiores em determinado item, sob alegação que outro item supre a necessidade, por estar sendo oferecido com configuração superior;

3.8. Todos os equipamentos fornecidos, bem como seus componentes, acessórios ou periféricos devem ser rigorosamente iguais, tanto em estrutura física, formato, capacidade, características construtivas, características técnicas, marca e modelo.

4. Requisitos da contratação

4.1 Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3. A contratada deverá observar, no que couber, os Critérios de Sustentabilidade, consoante ao Art. 5º da Instrução Normativa no 1, de 19 de janeiro de 2010, bem como, instituir a Política de resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), e atender ao Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações para promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.4. Deste modo, durante a execução contratual, a contratada deverá estar adequada aos termos do art. 7º, inc. XI da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) que trata sobre as aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

4.5. Portanto, o fornecimento pela contratada deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela contratante.

4.6. Nesse mesmo tocante, a contratada no encerramento do contratual, conforme necessidade da contratante, deverá realizar o descarte dos equipamentos de forma adequada, obedecendo aos procedimentos de logística reversa.

4.7. Nesse diapasão, acentuamos que o objeto a ser contratado, pelo seu impacto institucional, não fere as práticas de sustentabilidade, desta forma, não acarreta prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco ao interesse público, além de diminuir o impacto ambiental, pois a utilização de virtualização traz como benefícios, por exemplo, a redução na geração de lixo eletrônico.

Indicação de marcas ou modelos:

4.8. Na presente contratação será indicado equipamento com sistema operacional IOS.

4.9. A escolha por dispositivos iOS é estratégica, dada a otimização de numerosos softwares de comunicação e ferramentas de criação de conteúdo profissional para este sistema operacional. Essa compatibilidade assegura que a equipe de comunicação possa operar com máxima eficiência, utilizando as melhores ferramentas disponíveis no mercado.

4.10. Os dispositivos iOS são renomados por suas capacidades superiores de captura e processamento de imagens e vídeos. A qualidade das câmeras e dos recursos gráficos nos dispositivos iOS são essenciais para a produção de conteúdo visual e audiovisual, atendendo às exigências de qualidade e profissionalismo que o setor de comunicação deve manter.

4.11. A segurança oferecida pelo iOS protege contra vazamentos e comprometimentos de dados, aspecto fundamental para a integridade das informações sensíveis do setor. A conformidade com normativas de segurança é assegurada, protegendo estratégias de comunicação e dados de contatos críticos.

4.12. A confiabilidade dos dispositivos iOS, juntamente com o suporte técnico contínuo oferecido minimiza os períodos de inatividade e garante a continuidade das operações do setor, especialmente em períodos de grande demanda e sob prazos apertados.

Subcontratação

4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões justificadas a seguir:

4.14.1. A compra se dará por entrega imediata;

4.14.2. O baixo risco da não entrega por ser tratar de produtos comuns no mercado; e

4.14.4. O risco moderado da exigência de garantia onerar os produtos.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do envio da Nota de Empenho e /ou Ordem de Compra, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Carutapera, Quadra 37B, nº 02, Jardim Renascença, São Luís-MA, CEP: 65.075-690, de segunda-feira à sexta-feira no horário comercial das 08h00 às 17h00.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (02) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3.1. Caberá à Contratada comunicar ao Setor de Compras, Licitações e Contratos (COLIC), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a data e horários previstos para a entrega do objeto.

5.4. A comunicação acerca da previsão da data e horário de entrega do objeto deverá ser efetivada através de correspondência eletrônica, e-mail: compraslicitacoes@crmma.org.br e/ou telefones: (98) 3227-0856, (98) 3227-7065, (98) 3227-7206, (98) 99158-7050 (WhatsApp).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do fornecedor.

5.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. As contratações oriundas desta dispensa de licitação serão formalizadas através da emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Compra.

6.2. As obrigações assumidas deverão ser cumpridas fielmente pelas partes, de acordo com as condições deste Termo e da proposta apresentada, além das normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A contratação será acompanhada por funcionário(s) do Setor de Compras, Licitações e Contratos e fiscalizada por funcionário(s) do Setor Requisitante da demanda, e/ou da Área Técnica.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. **O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração Contratante verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (conforme modelo anexo);

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Declarações

8.27. **A empresa deverá apresentar as seguintes declarações:**

- a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal (conforme modelo anexo);
- b) Declaração de atendimento ao disposto no art. 93 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (conforme modelo anexo);
- c) Declaração de inexistência de vínculo com a Administração (conforme modelo anexo).

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 30.712,14

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 30.712,14 (trinta mil setecentos e doze reais e quatorze centavos), de acordo com a pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRM-MA para o exercício de 2024.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação, conforme informações disponibilizadas pelo Setor de Contabilidade do CRM-MA:

- 6.2.2.1.2.44.90.52.004-EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS HENRIQUE COSTA CRUZ

Técnico em Informática



Assinou eletronicamente em 19/07/2024 às 10:57:52.

PAMYLLA ROCHELLE SILVA PENHA

Assessora Técnica II



Assinou eletronicamente em 19/07/2024 às 11:59:54.

CAMILA VALERIA MARTINS ARAUJO

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 19/07/2024 às 10:58:07.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendices do Termo de Referencia.pdf (483.18 KB)

Anexo I - Apendices do Termo de Referencia.pdf



CRM-MA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO

CNPJ: 06.353.247/0001-78

APÊNDICE I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (CONFORME TÓPICO 8 DO TERMO DE REFERÊNCIA)

• Exigências de habilitação:

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração Contratante verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: **Nota(s) explicativa(s): 2**

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

• Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; **Nota(s) explicativa(s): 5**

8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**CRM-MA**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO

CNPJ: 06.353.247/0001-78

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (conforme modelo anexo);

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Declarações

8.27. A empresa deverá apresentar:

- a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal (conforme modelo anexo);
- b) Declaração de atendimento ao disposto no art. 93 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (conforme modelo anexo);
- c) Declaração de inexistência de vínculo com a Administração (conforme modelo anexo).

**CRM-MA**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO

CNPJ: 06.353.247/0001-78

**APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII,
ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Ao

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO

A empresa, sediada na, com inscrição no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(ª), inscrito no CPF sob o nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, e no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

OBS.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e data

(nome, assinatura, cargo)

**CRM-MA**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO

CNPJ: 06.353.247/0001-78

**APÊNDICE III – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº
8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991**

Ao

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO MARANHÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, **DECLARA**, para os devidos fins, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei, e as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Local e data

(nome, assinatura, cargo)



CRM-MA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO

CNPJ: 06.353.247/0001-78

APÊNDICE IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO

Ao

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO MARANHÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

- a) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes da entidade contratante (art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021);
- b) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) Não mantém vínculo familiar com dirigentes da entidade contratante, com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato - que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021);
- d) Não possui sócios, administradores ou gerentes, pertencentes ao quadro de Conselheiros do CRM-MA, ou ainda qualquer de seus parentes, até o terceiro grau, em linha ascendente, descendente ou colateral (art. 43 e 60 do Regimento Interno do CRM-MA, de 28/07/2022).

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo com a entidade contratante, nos termos do disposto nas alíneas “a”, “b” ou “c”.

Local e data

(nome, assinatura, cargo)